



Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2014

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2014.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2014.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2014.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2014.....	7
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Activos fixos tangíveis.....	13
5. Activos intangíveis.....	14
6. Clientes.....	14
7. Estado e outros entes públicos.....	14
8. Outras contas a receber.....	15
9. Diferimentos.....	15
10. Caixa e depósitos bancários.....	15
11. Capital realizado.....	15
12. Reserva legal.....	16
13. Resultados transitados.....	16
14. Outras variações no capital próprio.....	16
15. Financiamentos obtidos.....	16
16. Outras contas a pagar.....	17
17. Fornecedores.....	17
18. Vendas e prestações de serviços.....	17
19. Subsídios à exploração.....	18
20. Fornecimentos e serviços externos.....	19
21. Gastos com o pessoal.....	19
22. Aumento /redução de justo valor.....	19
23. Outros rendimentos e ganhos.....	20
24. Outros gastos e perdas.....	20
25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	20
26. Resultados financeiros.....	21
27. Eventos subsequentes.....	21
28. Informações exigidas por diplomas legais.....	21



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2014

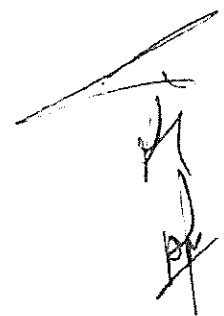
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.14	31.Dez.13
Activo			
Activos fixos intangíveis	4	27 705,26	33 086,09
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	5	312,35	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - metodo eq. patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros metodos		0,00	0,00
Accionistas - socios		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		28 022,61	33 086,09
Inventarios		0,00	0,00
Activo biológico		0,00	0,00
Clientes	6	50 538,32	70 032,46
Adiantamentos a fornecedores		1 374,99	807,31
Estado e outros entes publicos		0,00	0,00
Accionistas - socios		0,00	0,00
Outras contas a receber	6	98 252,82	99 428,75
Diferimentos	9	2 753,15	2 844,16
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depositos bancários	10	31 839,81	9 222,24
Total dos Activos Correntes		184 764,00	182 334,82
		212 786,61	215 421,01
Capitais Próprios			
Capital realizado	11	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Premios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	12	2 471,68	2 411,45
Outras reservas		27 290,09	27 290,09
Resultados transitados	13	17 015,58	15 871,24
Ajustamentos em activos financeiros	14	-6 876,80	-6 876,80
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		3 300,53	1 204,57
Total dos Capitais Próprios		93 201,08	89 900,55
Passivo			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por beneficios pos-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	262,90
Total dos Passivos Não Correntes		0,00	262,90
Fornecedores	17	11 982,48	14 800,11
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes publicos	7	21 220,95	26 786,58
Accionistas - socios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	15	0,00	33 145,76
Outras contas a pagar	16	50 321,89	50 498,11
Diferimentos	9	36 990,21	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		119 585,53	125 237,56
Total do Passivo		119 585,53	125 500,46
		212 786,61	215 421,01

Proruris, EEM - Anexo 2014

Valores: 16 de Março de 2014

Victor Fuent
100 85554



Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.14	31.Dez.13
Vendas de mercadorias		0,00	0,00
Prestação de serviços	18	456 032,91	570 446,25
Subsídios à exploração	19	270 000,00	277 000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	22	0,00	-4 930,84
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	20	-364 335,16	-419 539,37
Gastos como pessoal	21	-342 579,99	-408 762,69
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23	1 253,38	77,69
Outros gastos e perdas	24	-5 913,90	-2 289,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 457,24	12 001,27
Gastos reversões de depreciação e de amortização	25	-6 283,71	-5 704,24
Imparidade de investimentos depreciáveis amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 173,53	6 297,03
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	-1 281,91	-1 502,80
Resultado antes de impostos		6 891,62	4 794,23
Imposto sobre o rendimento do período	7	-3 591,09	-3 589,66
Resultado líquido do período		3 300,53	1 204,57
Resultado por ação básico		0,00	0,00

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 16 de Março de 2014

Vitor R. Pereira
TCC 85554

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

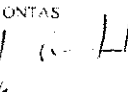
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.14	31.Dez.13
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		406 275,12	607 149,25
Pagamentos a fornecedores		-295 698,88	-266 439,56
Pagamentos ao pessoal		-220 847,64	-246 014,12
Caixa gerada pelas operações		-109 671,40	94 695,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-453,27
Outros recebimentos/pagamentos		167 842,20	-84 017,39
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		58 170,80	10 224,91
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1 693,22	-738,00
Activos intangíveis		-578,10	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
		-2 271,32	-738,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-2 271,32	-738,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		32 000,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		32 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-32 000,00	0,00
Juros e gastos similares		-1 281,91	-1 502,80
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-33 281,91	-1 502,80
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-1 281,91	-1 502,80
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		54 617,57	7 964,11
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 222,24	1 413,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		31 879,81	9 222,24

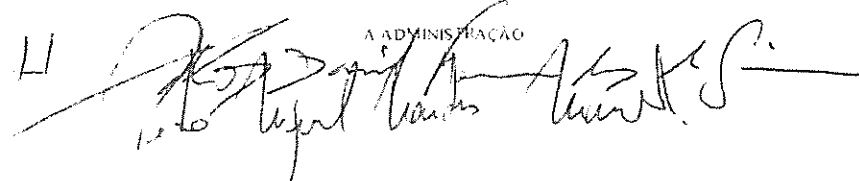
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhos, 16 de Março de 2014

C. TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Victor Manuel 
N.º 85534

A ADMINISTRAÇÃO



ProRuris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
1	Posição no Início do Período 2014	50 000,00	2 411,45	27 290,09	15 871	-6 876,80	1 204,57	89 900,55
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-
	Para um adpção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
	Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos aos impostos diferidos	-	60,23	-	1 144,34	-	-1 204,57	0,00
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	60,23	-	1 144,34	-	-1 204,57	0,00
2		-	-	-	-	-	-	-
3	Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	3 300,53	3 300,53
4	Resultado Integral	-	-	-	-	-	2 095,96	3 300,53
	Operações com detentores de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-
6	Posição no Fim do Período 2014	50 000,00	2 471,68	27 290,09	17 015,58	-6 876,80	3 300,53	93 201,08

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

1 outubro, 16 de Março de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Victor Manuel Pinto
Téc. 45554

A ADMINISTRAÇÃO

10 de Março de 2014
Victor Manuel Pinto
Administrador

Prouris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2013

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do Período 2013		50 000,00	2 207,67	27 290,09	15 899,53	-6 876,80	2 075,49	88 695,98
Alterações no período								
1	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
2	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
3	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4	Realização de excedente de reavaliação de activos	-	-	-	-	-	-	-
5	Excedente de reavaliação de activos	-	103,78	-	1 971,71	-	-2 075,49	0,00
6	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	0,00
7	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	0,00
8	Capital próprio	-	103,78	0,00	1 971,71	-	-2 075,49	0,00
9	Resultado Líquido do Período						1 204,57	1 204,57
10	Resultado Integral						-870,92	1 204,57
Operações com detentores de capital próprio								
11	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
12	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
13	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
14	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
15	Outras operações	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
16	Posição no fim do Período 2013	50 000,00	2 311,45	27 290,09	15 871	-6 876,80	1 204,57	89 900,58

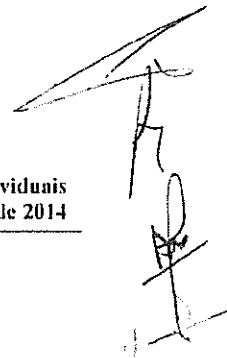
Para ser lido com as notas anexas as demonstrações financeiras

1 julho, 16 de Março de 2014

OFICINHO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Rêgo
106 85554

A ADMINISTRAÇÃO
Vitor Manuel Rêgo



Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

I. Nota introdutória

A empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM, NIF.507 643 720, é uma empresa municipal de capitais públicos que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 2007, tendo sede em Rua das Freiras, Ed. Paços do Concelho, exercendo a actividade de serviços de consultoria na área rural, bem como todo o tipo de apoio ao desenvolvimento rural do concelho e formação profissional.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob a Matricula n.º 507 643 720 e com o Capital Social de cinquenta mil euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2014 as demonstrações financeiras da *PRORURIS* foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Proruris são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

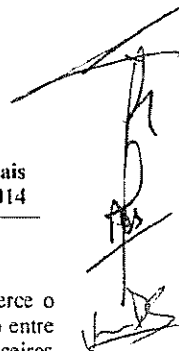
As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20-100
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 20
Outros activos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.



3.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juro e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Capital social

A Proruris tem um capital estatutário de 50.000 € (cinquenta mil euros)

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços e no caso da formação o rendimento é reconhecido na data do pedido de pagamento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.13. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

5. Activos intangíveis

No período de 2013 não houve movimentos nos activos intangíveis e em de 2014, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2014					Saldo em 31-Dez-14
	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
Custo						
Projectos de desenvolvimento (1)	-	-	-	-	-	-
Software	-	470,00	-	-	-	470,00
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	-	470,00	-	-	-	470,00
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (1)	-	-	-	-	-	-
Software	-	156,65	-	-	-	156,65
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	-	156,65	-	-	-	156,65

6. Clientes

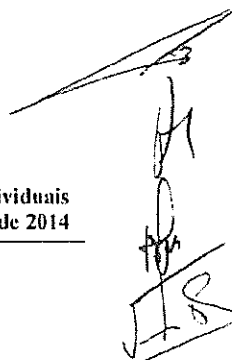
Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-14		31-dez-13	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	50.538,32	-	70.032,46
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	50.538,32	-	70.032,46
Perdas por imparidade acumuladas				
	-	-	-	-
	-	50.538,32	-	70.032,46

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-14	31-dez-13
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	281,49	2.854,18
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	8.228,87	7.427,55
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5.684,53	9.105,35
Segurança Social	7.026,06	7.399,50
Outros impostos e taxas	-	-
	21.220,95	26.786,58



8. Outra contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-14		31-dez-13	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	0,00	-	0,00
Outros	-	98.252,82	-	99.428,75
	-	98.252,82	-	99.428,75
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	98.252,82	-	99.428,75

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-dez-14	31-dez-13
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	2.753,15	2.844,16
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	<u>2.753,15</u>	<u>2.844,16</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	36.060,21	-
	<u>36.060,21</u>	<u>-</u>

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-14	31-dez-13
Caixa	387,14	2.661,99
Depósitos à ordem	31.452,67	6.560,25
Depósitos à prazo (i)	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>31.839,81</u>	<u>9.222,24</u>

11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2014 o capital da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 201, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Câmara Municipal de Vinhais	100%	50.000

12. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

13. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 26 de Março de 2014, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse transferido 5% para Reservas Livres e o restante para a rubrica Resultados transitados.

Esta rubrica inclui ainda os ajustamentos decorrentes da transição do POC para o SNC, de acordo com o previsto na NCRF 3, tal como referido na nota 2.

14. Outras variações no capital próprio

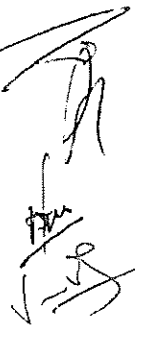
Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-14</u>	<u>31-dez-13</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	6.876,80	6.876,80
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	-	-
	<u>6.876,80</u>	<u>6.876,80</u>

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-14</u>		<u>31-dez-13</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários a prazo (i)	-	-	-	-
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	33.145,76
Locações financeiras (vi)	-	-	-	-
()	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>-</u>	<u>33.145,76</u>



16. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-14		31-dez-13	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	260,15	-	718,50
Remunerações a Liquidar		0,00		0,00
Credores Diversos	-	50.061,74	-	49.780,61
	-	<u>50.321,89</u>	-	<u>50.499,11</u>

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-14	31-dez-13
Fornecedores conta corrente	11.982,48	14.806,11
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>11.982,48</u>	<u>14.806,11</u>

18. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2014 e de 2013 foram como segue:

	31-dez-14			31-dez-13		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
Prestação de serviços	456.032,91	-	456.032,91	570.446,25	-	570.446,25
	<u>456.032,91</u>	-	<u>456.032,91</u>	<u>570.446,25</u>	-	<u>570.446,25</u>

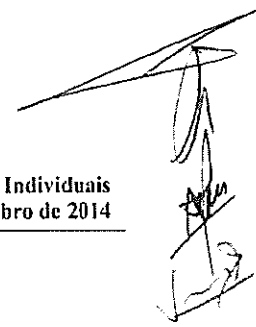
No quadro seguinte encontram-se divididos os réditos pelas várias actividades.

Réditos	2014
Prestação de Serviços	
• Formação	135.973,77
• Inseminação Artificial	19.268,24
• Piquete Vetrinário	1.827,83
• HACCP/Pest control	8.111,02
• SNIRA	218,00
• EVENTOS (Corrida + Luta de touros)	12.860,62
• Consultoria	16.285,43
• Serviços IFAP	49.484,24
• Geral	13.347,90
• Parque Biológico	133.975,86
• Espaços Verdes	64.680,00
TOTAL	456.032,91

19. Subsídios à exploração

No período de 2014 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	<u>31-dez-14</u>
Transferências CMV	270.000
	<u>270.000</u>



20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	31-dez-14	31-dez-13
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	173.391,38	197.022,05
Materiais	18.670,73	39.253,79
Energia e fluidos	32.423,27	25.183,55
Deslocações, estadas e transportes	1.460,17	2.260,85
Outros Serviços	<u>138.389,61</u>	<u>155.819,13</u>
	<u>364.335,16</u>	<u>419.539,37</u>

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	31-dez-14	31-dez-13
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	277.069,24	332.795,43
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	61.663,76	73.287,73
Seguros	2.652,75	2.679,55
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1.194	-
	<u>342.579,99</u>	<u>408.762,71</u>

O número médio de empregados da Empresa nos exercícios de 2014 e 2013 foi 24 colaboradores.

22. Aumento /redução de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o detalhe desta rubrica era segue:

	31-dez-14			31-dez-13		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Em investimentos financeiros	-	0,00	0,00	-	4.930,84	4.930,84
Em propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Em activos biológicos	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>-</u>	<u>4.930,84</u>	<u>4.930,84</u>

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
Rendimentos suplementares	0,00	
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,12	2,14
Recuperação de dívidas a receber	0,00	
Ganhos em inventários	0,00	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	0,00	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>1.253,38</u>	<u>75,55</u>
	<u>1.257,50</u>	<u>77,69</u>

24. Outros gastos e perdas

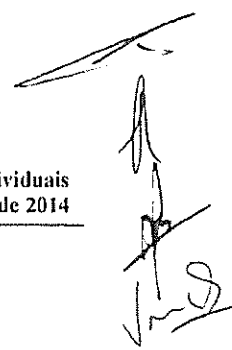
Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	<u>31-dez-14</u>	<u>31-dez-13</u>
Impostos	1.717,16	1.823,72
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	4.930,84
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	<u>4.196,74</u>	<u>466,05</u>
	<u>5.913,90</u>	<u>7.220,61</u>

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-14</u>			<u>31-dez-13</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	6.127,06	-	6.127,06	5.704,24	-	5.704,24
Activos intangíveis	157	-	157	-	-	-
	<u>6.283,71</u>	<u>-</u>	<u>6.283,71</u>	<u>5.704,24</u>	<u>-</u>	<u>5.704,24</u>



26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2014 e de 2013, tinham a seguinte composição:

	<u>31-dez-14</u>	<u>31-dez-13</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.281,91	1.502,80
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>1.281,91</u>	<u>1.502,80</u>
Resultados financeiros	<u><u>-1.281,91</u></u>	<u><u>-1.502,80</u></u>

27. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2014.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

